**4CCHLADAVPE01**

**ENSINO DE ARTES E INCLUSÃO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DA OFICINA DE CASA PEQUENO DAVI**

Kelly Cristine Cordeiro(1); Lívia Marques Carvalho(3)

Centro de Ciências da Humanas, Letras e Artes/ Departamento de Artes Visuais /PROBEX

**Resumo:** O presente artigo nasce da nossa experiência com ensino de artes através de oficinas realizadas na Casa Pequeno Davi, que acontecem no contexto do projeto de extensão universitária que, como tal, traz consigo a proposta de promover uma relação de integração entre a sociedade de modo geral e a comunidade acadêmica, no sentido de promover uma aproximação entre elas, possibilitando que os saberes produzidos na Universidade transponham seus muros e chegue até as camadas sociais, em especial àquelas economicamente mais carentes. E, enquanto atividade pedagógica, trata-se de um espaço de desenvolvimento do exercício docente para alunos(as) da graduação em Artes Visuais da UFPB, que como eu tem passado pela Casa na condição de bolsista do Projeto.

**Palavras chave**: Arte Educação, Inclusão Social, ONGs

Este é um projeto nascido das inquietações epistemológicas da professora Dra. Lívia Marques Carvalho que desde 1993 vem desenvolvendo projeto de extensão universitária na Casa Pequeno Davi, Uma Organização Não Governamental -ONG, localizada no bairro Roger, voltada para a promoção e defesa de crianças e jovens em situação de pobreza. Ao longo desses anos trabalhando como educadora e prestando acessória às oficinas de arte, levaram a referida professora a investigar mais a fundo a importância da atividade artística no desenvolvimento pessoal e social de crianças e adolescentes. Essa investigação levou-a, inclusive, a realizar sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo – USP e concluído em 2005.

O projeto Oficina de Arte da Casa Pequeno Davi atende crianças/adolescentes na faixa etária de 7 a 18 anos tendo como objetivo principal transmitir conhecimentos aos educandos possibilitando-os a atingirem por meio do fazer artístico o desenvolvimento pessoal e social, propondo-se a trazer uma contribuição no âmbito sócio-educativo e cultural através do desenvolvimento de atividades no campo das artes visuais, voltadas, em especial, para trabalhos com pintura, desenho e escultura de argila.

Em outra instância pode-se dizer que o projeto se integra ao suprimento de carências sociais de crianças e adolescentes colocados(as) em condições de marginalidade social, produto do modelo social de desigualdades a partir do qual historicamente a sociedade brasileira tem sido formada ao longo de seu processo de construção.

Nas décadas de 1970 e 1980 quando nosso país ainda vivia a desventura da Ditadura Militar, movimentos sociais e entidades representativas da sociedade civil, a exemplo da OAB e da SBPC, conseguiram manterem-se associadas, mas procuraram romper com o “assistencialismo” praticado naquele contexto social, visto de forma negativa, posto que era um importante mecanismo de alienação das massas – para usar um termo bem marxista – que tinha em vista o silenciamento da luta pela redemocratização e contra as desigualdades sociais, por isso mesmo o diálogo e a cooperação com o governo não eram, neste contexto uma opção.

A partir da década de 1990, efetivado o processo de redemocratização do país, o quadro muda, já que a mudança sociopolítica coincide com expansão do neoliberalismo, que traria para nós brasileiros sérias implicações no tocante a forma como passaria a ser pensada a questão da cidadania e o exercício de direitos sociais. O fim das utopias socialistas que naufragaram enquanto experiência sociopolítica e econômica ajudou a colocar em xeque as propostas de radicalização política encampadas pelos grupos políticos considerados de esquerda, que até então haviam conduzido boa parte das reivindicações dos movimentos sociais. Por outro lado as insatisfações socioeconômicas da população ainda consistiam num clamor de uma coletividade anônima e mal representada politicamente.

Na medida em que, para muitos, a utopia não encontrou mais sustentação no ideário socialista, a lacuna deixada pelo Estado no cuidado com a população, encontra na emergência de associações voluntárias, fenômeno maciço em todo o mundo, uma possibilidade de ser minimizada. A contestação do discurso hegemônico começou a se dar no âmbito dos "direitos humanos" universais, a luta social perdeu o enfoque capital-trabalho e vinculou-se às questões da cidadania. Rubem César Fernandes observa que:

 "As associações promovem a sociabilidade num contexto individualista. Em suas atividades, os fins coletivos e os bens coletivos são percebidos como interesse individual dos que estão envolvidos. A vida pública insere-se nas iniciativas privadas. A cidadania é personalizada". (FERNANDES in: NAVES, 2003, p. 570).

Até então apenas a sociologia estadunidense se utilizava do termo "organização não-governamental" para denominar às entidades da sociedade civil, em referência a todo movimento de cunho social. Nos anos seguintes, o termo "ONG" adquiriu maior relevância em nosso país.

A década de 1980 marca no Brasil a emergência de uma modalidade de organização social até então inexistente no contexto nacional: entidades voltadas para questões de interesse público, capazes de formular projetos, monitorar sua execução e prestar contas de suas finanças: as organizações não-governamentais. No Brasil, as ONGs nasceram calcadas no modelo norte-americano e dentro de circuitos de cooperação global.

Enquanto muitos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 não dispunham de apoio financeiro, as ONGs dos anos 90 vão encontrar na cooperação internacional o veículo adequado para financiar o apoio à luta pela cidadania. Relação que os organismos internacionais não podiam estabelecer com os movimentos sociais, que não tinham enfoque empresarial. Como observa Rubens César Fernandes:

Há uma série de marcas contrastantes que diferencia as ONGs: não-governamentais, não lucrativas, não fazem parte de estruturas maiores, não são representativas, não financiam. Para ser positivo, entretanto, é preciso lembrar sua curta, porém característica, história. Em nosso sentido restrito, as ONGs nasceram dentro de circuitos de cooperação global. Forneceram canais não oficiais para o apoio internacional a projetos sociais caracteristicamente executados em nível local, ou em um micronível. Não foram as únicas a fazê-lo (igrejas e sindicatos, por exemplo, também se envolveram), mas se tornaram especialistas no assunto. Sua independência facilitou as conexões internacionais não-oficiais e seu pequeno tamanho foi favorável para a imersão local. Assim, ficaram livres para fazer a mediação entre as pautas internacional e local, especializando-se em projetos que fazem sentido nas duas pontas do programa de "desenvolvimento". (1995, p. 350)

Para este autor, o valor das ONGs vem de suas atividades e não propriamente daquilo que elas representam. Elas são responsáveis por introduzirem na esfera do trabalho social significativos elementos da livre iniciativa, como maior agilidade e eficiência. Num âmbito para além do governamental, dispondo de iniciativas emergentes de diversos setores da sociedade civil, elas passaram em muitos contextos a ocupar o importante papal de centros de recursos humanos a serviço de associações comunitárias e movimentos sociais, articulando atividades de assistência e promoção da cidadania.

Hoje, há ONGs voltadas para os mais variados problemas: fornecer apoio a vítimas de calamidades e refugiados, crianças carentes, idosos ou inválidos, questões do meio ambiente, saúde pública, prevenção da Aids, direitos humanos etc.

Maria da Glória Gohn classifica as ONGs em três grandes grupos: "caritativas" (atuam na assistência ao menor, mulher e idosos, por exemplo); "ambientalistas" (relacionadas às questões do meio ambiente e do patrimônio histórico); e "cidadãs" (voltadas para a reivindicação dos direitos da cidadania, têm grande atuação junto às políticas públicas, fornecendo subsídios para a sua elaboração, fiscalizando-as ou fazendo denúncias, no caso de violações ou omissões).

A CPD trabalha em um sistema de parceria com o governo municipal de João Pessoa, entidades nacionais e internacionais a exemplo de unicef, Cordaid, Unesco, Associação Concern Universal Brasil, Irish Aid, Criança Esperança e União Europeia.

Na Casa Pequeno Davi, o projeto de extensão universitária das Oficinas de arte é desenvolvido em conjunto com a oferta de outras ações educativas. A instituição oferece às crianças e adolescentes turmas de alfabetização, noções de informática, reforço escolar e oficinas profissionalizantes, como: marcenaria, serigrafia e outras de dança, música e a de artes. Estas atividades se inserem em um contexto sócio-econômico de uma comunidade de baixa renda, no bairro do Roger em João Pessoa – PB. As crianças atendidas pela CPD são, em geral, consideradas em situação de risco social e o trabalho da ONG se encaminha no sentido de contribuir para elas possam vencer essa barreira social. O trabalho da CPD emerge, assim como o da maioria das ONGs, enquanto uma forma de suprir uma carência, do ponto de vista social e educativo, gerada pelo espaço vazio deixado pelas figuras do Estado e da família, que seriam os verdadeiros responsáveis institucionais pela educação dessas crianças e adolescentes. Além de ofertar atividades educativas, lá as crianças e adolescentes rebebem duas refeições diárias. A contra –partida social que os(as) frequentadores(as) da CPD devem oferecer é estarem regularmente matriculados(as) e frequentando também a escola regular.

A sistemática das atividades

O trabalho que desenvolvemos na CPD é feito sob a coordenação do artista plástico Ilson Moraes, responsável na Casa pelas oficinas de arte. Desenvolvemos atividades de ensino de artes que perpassa pelo estudo de técnicas e de elementos específicos da linguagem das artes plásticas, enfatizando o ensino de conteúdos básicos fundamentais como escultura em argila, em papel marche, pintura em tela, utilizando tinta a óleo e tinta acrílica e fundamentos de desenho artístico.

O desenvolvimento dos trabalhos dos(as) alunos(as) é feito a partir de temáticas que são trabalhadas mensalmente tais quais: “Diversidade e Direitos Humanos”, “Educação ambiental”, “Não ao trabalho infantil e ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes”, “Cultura popular e cultura de massa”, “25 Anos CPD: construindo cidadania”, “Gênero”, “Cultura de paz”, “ Direitos Humanos e Cidadania: Eleições – voto consciente”. Através delas procuramos desenvolver o processo sócio-educativo baseado no diálogo e na interação entre professor(a) e alunos(as), trazendo para sala de aula questões que permeiam o cotidiano desse alunado e que também dizem respeito a problemáticas sociais mais amplas.

O ensino de arte, nesse contexto, se faz enquanto elemento de mediação dentro de uma proposta pedagógica emancipatória e integradora, alicerçada numa proposta interdisciplinar do desenvolvimento educacional a partir do qual são criadas condições para que as crianças e adolescentes vivam experiências de auto-expressividade aliadas ao desenvolvimento da autoestima e autoconfiança. Além de buscar a promoção do bom relacionamento interpessoal entre eles e elas, através do estímulo ao respeito e convívio pacifico e integrador da diversidade como forma do desenvolvimento da cidadania. Este é um elemento particularmente interessante e delicado muitas vezes pela própria especificidade do público que freqüenta a Casa: crianças e adolescentes oriundas de uma comunidade de baixa renda e desenvolvimento social que são obrigadas, muitas das vezes a conviver de perto com a violência, física e simbólica, com a desestruturação familiar e com um universo de desigualdades.

Um exemplo disso é que recentemente, tivemos que lidar com uma situação em que dois meninos armaram uma “tocaia” para agredir outro colega motivados por supostas ofensas sofridas por um deles. Ao tomarmos ciência da situação nos vimos tendo que lidar com uma situação limite relacionada à prática da violência tão comum na sociedade contemporânea. Como lidar com uma situação desta natureza?

Este evento nos serve como exemplo na medida em que coloca a questão da interligação entre o ensino de artes e o desenvolvimento sociocultural e subjetivo daqueles(as) que precisam de orientação quanto ao desenvolvimento de cidadania. O que nos faz perceber que pedagogicamente nosso papel no cotidiano das Oficinas de arte transcende a especificidade do ensino de técnicas que possibilitarão aos (às) alunos(as) fazer desenhos, pinturas, esculturas, etc. diz respeito a como pensar o ensino de artes como mecanismo promotor da diversidade enquanto direito e da igualdade de direitos enquanto princípio de cidadania.

Tendo em vista tal situação, nós, na condição de arte educadores responsáveis pela oficina, propomos a eles e elas a criação de um contrato de convivência a partir do estudo da Declaração dos Direitos Humanos feito com a turma. A partir da qual foi realizada em conjunto a montagem de uma instalação para representar artisticamente este contrato. Foi feito um grande painel no qual os artigos foram afixados seguidos por objetos que os representam, segundo a ótica dos(as) artistas.

Os conflitos entre os (as) alunos(as) são uma constante. Parece-me que as hostilidades vivenciadas no dia-a-dia por eles(as) acabam sendo incorporadas como um elemento cultural que tende a ser compartilhado com seus pares. Mas esta não é a única face deles(as); ao mesmo tempo que são agressivos(as) entre si, podem também manifestar sua carência e fragilidade através da busca por atenção em sala de aula e da preocupação com a estética daquilo que produzem. Para alguns, a obra nunca está acabada, se pudessem a alterariam todo o tempo, para outros (as) a “feiura” é sempre um elemento presente naquilo que produzem. O que nos serve como indicativo de suas carências relativas à auto-estima e à credibilidade que atribuem a si mesmos (as). O momento das oficinas funciona como uma oportunidade de integração – depois de vencidos ou suprimidos os conflitos –, bem como um espaço no qual há adultos com as atenções voltadas positivamente para aquilo que estão fazendo, no sentido de orientar, dialogar, trocar experiências. O (a) adulto enquanto representação é deslocado (a) da condição de mero (a) agente de disciplina e punição, nos moldes do *Vigiar e Punir,* e, ainda que apenas naquele espaço, é colocado ou se coloca em uma relação de parceria e interação.

Considerações:

Do ponto de vista da formação acadêmica, a experiência na Oficina de artes da CPD tem representado uma experiência epistemológica e pedagógica que em muito tem contribuído no meu processo de formação docente, no sentido de que permite-me, na condição de estagiária lidar cotidianamente com situações que o convívio universitário muitas vezes não tem condições de proporcionar. Neste sentido, devo enfatizar que há um problema que se apresenta quase que cotidianamente e que espera um posicionamento ativo de nossa parte enquanto arte educadores (as), que é a falta de motivação dos (as) alunos (as) durante as aulas. Em relação a isto, há muitas questões que se impõe, as quais estão relacionadas ao fato de que, como crianças, muitas vezes não conseguem entender a importância de ter acesso a um processo educativo desta natureza para suas vidas, ou mesmo à problemáticas relativas ao contexto familiar deles(as), à falta de disciplina ou mesmo ao descontentamento que apresentam com a necessidade de ter que desenvolver uma sistemática em relação às atividades desenvolvidas.

Diante de situações desta natureza nos é preciso, muitas vezes, lidar com um processo duplo de motivação: a deles e a nossa diante deles. O que nos coloca diante da necessidade de replanejar atividades e ressignificar seu sentido para nós mesmos(as). Nos levando a ter que refletir acerca das próprias condições de vida daquelas crianças e adolescentes que influenciam diretamente no processo de ensino e aprendizagem. Isso nos dá uma maior flexibilidade em relação ao trabalho desenvolvido. Entendendo flexibilidade não como falta de compromisso, mas como a necessidade contínua de estar (re)avaliando o trabalho desenvolvido, em suas formas e resultados.

**BIBLIOGRAFIA**:

BARBOSA, Ana Mae. *A imagem no ensino da arte*: Anos oitenta e novos tempos. São Paulo:

Perspectiva, 1991.

*\_\_\_\_\_.(org.). Artes Visuais da exposição à sala de aula*. São Paulo: Edusp, 2005.

\_\_\_\_\_. (org.). A*rte/educação contemporânea* consonâncias internacionais. São Paulo: Cortez,

2005.

CARVALHO, Lívia Marques. O Ensino de Artes em Ongs. São Paulo: Editora Cortez, 2008

FERNANDES, Rubens César. “Privado, porém público: o terceiro setor na américa latina”. In: OLIVEIRA, Miguel Darcy de & TANDON, Rajesh. *Cidadãos: construindo a sociedade civil planetária*. Ed. Prol, 1995, p. 350.

PINSKY, Jaime & PINSKY, Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania.* São Paulo: Editora Contexto, 2003.